

OS GRANDES ERROS DA II GUERRA MUNDIAL

Sob a direcção de
Jean Lopez e
Olivier Wieviorka

NÃO-FICÇÃO • HISTÓRIA

Índice

Introdução, por Jean Lopez e Olivier Wieviorka.	11
1. O apaziguamento, um erro, por Raphaële Ulrich-Pier.	15
2. A invasão da China, por Benoist Bihan	25
3. A aliança de Hitler com a Itália (1936-1941), por Felix e Roman Töppel.	36
4. O Plano <i>Dyle-Breda</i> (10-15 de Maio de 1940): um plano excessivo?, por Vincent Bernard.	47
5. A paragem dos <i>Panzer</i> às portas de Dunquerque: um erro irremediável de Hitler?, por Jean Lopez	60
6. O armistício de 1940, por Olivier Wieviorka	74
7. A intervenção italiana na Grécia, por Hubert Heyriès.	81
8. A surpresa <i>Barbarossa</i> : a razão do mais louco, por Jean Lopez.	93
9. Não capturar Malta, por Daniel Feldmann	105
10. Dieppe, o nadir das armas britânicas, por Pierre Grumberg	116
11. A defesa de Singapura, por Benoist Bihan	129
12. O desembarque no Norte de África, por Olivier Wieviorka	137
13. Midway: a batalha errada no lugar errado, por Benoist Bihan	146
14. Hitler e o Médio Oriente: uma oportunidade perdida?, por Christian Destremau.	158
15. O bombardeamento de Monte Cassino, um erro estratégico e político, por Julie Le Gac	166

16. Estalinegrado, a batalha que não se devia travar, por Jean Lopez	177
17. O bombardeamento estratégico, por Olivier Wieviorka . . .	192
18. A capitulação incondicional: erro evitável ou condição prévia da vitória aliada?, por Nicholas Stargardt	203
19. O fracasso da Insurreição de Varsóvia, por Jacek Tebinka . .	217
20. <i>Market Garden</i> (Setembro de 1944): os bastidores de um magnífico desastre, por Nicolas Aubin	233
Biografias dos autores	243

Os Grandes Erros da II Guerra Mundial¹

¹ Por opção da editora o pseudónimo Сталин e os topónimos Сталинград e Ленинград são transliterados como Estaline, Estalinegrado e Leninegrado, respectivamente. (*N. do T.*)

Introdução

A Segunda Guerra mundial foi, e ainda é, um fabuloso terreno para os ensaios de estrategos de bancada. Graças à retrospectiva que a passagem do tempo proporciona, agrada-lhes rever a estratégia aplicada durante o conflito, assinalar os erros cometidos e propor cenários alternativos. Na versão mais elementar, esta abordagem está ao nível de uma discussão de café. Na versão mais elaborada, deu origem a um género de pleno direito, a história dita *contrafactual*. Também baptizada *ucronia*, propõe, usando e abusando dos *e se*, opções que, a terem sido seguidas, teriam garantido a vitória aos seus impulsionadores.

A obra que apresentamos não pretende, contudo, seguir essa via. Não cede à vertigem da ficção científica, explorando os rumos do que poderia ter sido ou ocorrido. Tem a ambição, mais prosaica, de reflectir sobre alguns erros cometidos no decurso de um conflito terrível que se arrastou durante seis anos.

A palavra *erro* pode, todavia, originar confusões. Se a opusermos ao termo *verdade*, o seu antónimo, sugere que os agentes cujos actos e gestos escrutinamos agiram num registo falso, erróneo, inexacto, o que levaria, *in fine*, a um julgamento moral acerca dos acontecimentos que relatamos. Não é esse o nosso objectivo. Preferimos considerar os erros como *acções lamentáveis*, cujo resultado defraudou as expectativas de quem as iniciou.

A este respeito, as duas dezenas de exemplos que examinámos oferecem um florilégio de escolhas erróneas que, em vez de resultarem em triunfos, conduziram com frequência ao desastre. Porém, a nossa reflexão não visa atribuir boas e más notas. Tem por fito, sobretudo, compreender as razões que presidiriam à tomada de decisões

cujos desfechos se mostraram amiúde nefastos e, por vezes, desastrosos. Razões por certo muito diversas e distintas da suposição de que os dirigentes que tinham então responsabilidades na matéria fossem de uma estupidez crassa ou movidos pelos mais obscuros desígnios. Assim, a pergunta tem de ser reformulada: porque é que esses homens (nunca mulheres, sublinhamos) tomaram decisões más?

Conjugaram-se múltiplos factores. Os chefes guiam-se, antes do mais, pelas informações que têm ao dispor. Na ausência de informações exactas, podem sobrestimar a força do seu adversário ou subestimá-la, como mostram as decisões adoptadas na Operação *Market Garden* pelo marechal Montgomery. Os dirigentes decidem, igualmente, em função das suas antecipações e das que atribuem aos adversários. Se a apreciação se baseia na análise dos dados que têm à disposição, depende, também, em larga medida do seu viés de índole psicológica ou ideológica. Estaline foi alertado para a iminência de *Barbarossa*; recusou encarar uma realidade que não correspondia à sua visão do mundo. Os Japoneses atacaram a China porque desprezavam o Império do Meio e não subestimavam apenas a força, mas também a capacidade de resistência chinesa. A aliança que Hitler manteve, contra ventos e marés, com Roma derivava não das vantagens, muito reduzidas, que a Itália lhe poderia trazer, mas de uma abordagem marcadamente sentimental em que a racionalidade tinha escasso peso. Apesar de essa aliança sair muito cara à Alemanha, o *Führer* foi-lhe fiel muito para além do razoável e apoiou o *Duce* até ao fim. No entanto, a decisão está igualmente dependente dos meios de que se dispõe para tentar impor a vontade. A escassez de homens ou de meios materiais é, neste caso particular, óbvia e limita as opções. Se os Alemães contassem com aviões, tropas, designadamente aerotransportadas, e navios, teriam conseguido conquistar Malta. Foi um objectivo a que se viram obrigados a renunciar devido à falta de meios que preferiram, precisamente, destinar a outros teatros de guerra.

Este exemplo sugere que os constrangimentos ditam a sua lei. O seu peso é tal, que a escolha releva da não-escolha, impondo-se como algo óbvio mesmo se, à partida, o desastre estivesse à vista. A Insurreição de Varsóvia tinha escassas hipóteses de êxito. Mesmo assim, o seu

impulsionador lançou-se à aventura, porque a população, esgotada por cinco anos de ocupação bárbara, vislumbrava o sol da libertação. Com ou sem ajuda dos Aliados, com ou sem apoio dos Soviéticos acantonados na outra margem do Vístula, tinha de correr o risco.

Todas essas situações confirmam a complexidade das escolhas e explicam a natureza dos erros cometidos. Estas mostram, principalmente, que as decisões estiveram longe de se apoiarem em critérios racionais. O desejo de glória de Montgomery, a húbris que inspirava parte dos oficiais japoneses, a paranóia de Estaline... influenciaram as decisões tomadas. Tudo isso poderia ser encarado de ânimo leve, não tivessem os erros cometidos tido consequências trágicas. Tiveram como resultado a eclosão de novos focos de conflito e, sobretudo, estenderam desnecessariamente uma guerra demasiado prolongada, infligindo sofrimentos suplementares às tropas e a civis, num tributo tão sangrento quanto inútil. O leitor descobrirá, assim, ao longo destas páginas que nem a diplomacia, nem a política, nem a arte militar são ciências exactas. Em boa verdade, já teria algumas dúvidas sobre isso.

Jean Lopez e Olivier Wieviorka

1.

O apaziguamento, um erro

Raphaële Ulrich-Pier

Apaziguamento ou appeasement? Utilizam-se as duas palavras, mas o termo inglês remete de forma mais imediata para um período específico – a segunda metade dos anos 30 – e para uma política definida, levada a cabo pelos dirigentes britânicos e franceses frente aos ditadores europeus Hitler e Mussolini. Aparenta indicar, também, a responsabilidade de Londres por uma linha que se revelou finalmente nefasta. Essa política, na nossa percepção contemporânea, parece ter culminado na Conferência de Munique (29-30 de Setembro de 1938), em que Daladier e Chamberlain aceitaram que Hitler anexasse os Sudetas, uma região rica da Checoslováquia. Actualmente, ninguém arriscaria defender os acordos. O apaziguamento visava a paz; a eclosão da Segunda Guerra mundial, a 1 de Setembro de 1939, prova o seu fracasso.

A causa é clara: o apaziguamento fracassou porque Hitler nunca se satisfaz com as concessões feitas para manter a paz, apostando na guerra para garantir o seu domínio e provar a superioridade dos Arianos sobre os demais povos europeus. Se os Britânicos e os Franceses tivessem compreendido desde o início esses mecanismos, não teriam persistido na sua vontade estéril de apaziguamento e teriam, eventualmente, aceitado a guerra mais cedo. No entanto, em vez de reconstruir a história, cumpre tentar compreender como essa política pôde ser tida como razoável, eficaz e moral pelos seus impulsionadores e identificar os postulados erróneos que os inspiravam. É também necessário inquirir acerca das opiniões públicas e do apoio que poderiam ou não prestar a essa política.

Embora a política de apaziguamento culmine na Conferência de Munique, o dito apaziguamento prolonga-se por um período mais

longo do que o ano de 1939. Inicia-se com a chegada de Hitler ao poder em 1933. Trata-se, então, de empregar todos os meios para preservar a paz, um bem tanto mais precioso quanto as feridas da Grande Guerra ainda estavam abertas. O fundamento mais óbvio e, ao que parece, mais legítimo para o apaziguamento dos anos 30 reside no «nunca mais», a ideia de que a Grande Guerra devia ser «a última das últimas». Isso porque os povos europeus, especialmente os franceses e os britânicos, não queriam reviver os horrores da guerra e estavam dispostos a procurar evitar por todos os meios o retorno às armas.

O desejo de se reconciliar com a Alemanha, aceitando concessões razoáveis, precede a ascensão do *Führer* à chancelaria. De facto, aos olhos dos dirigentes britânicos (nomeadamente Austen Chamberlain) e franceses (Édouard Herriot, Aristide Briand), a República de Weimar (1919-1933) tornara-se progressivamente num parceiro fiável. As cláusulas do Tratado de Versalhes foram sendo, por conseguinte, emendadas ou contornadas com o passar do tempo. Os Tratados de Locarno (Outubro de 1925) ofereciam, assim, concessões à Alemanha a troco de certas restrições: é uma forma de apaziguamento pactuado entre estados que consideram poder cultivar confiança mútua e esperam melhorar a atmosfera europeia. Só que o rearmamento da Alemanha começa muito antes de 1933: o número de homens, a quantidade e o tipo de material (nomeadamente aéreo) ao dispor da *Reichswehr* superaram o estabelecido em Versalhes, como bem sabem os dirigentes franceses e britânicos. Na segunda metade dos anos 20, controlam o que podem, protestam por vezes, demonstrando que não se deixavam enganar, mas não estão dispostos a enveredar por sanções, e menos ainda a tentar uma ocupação parcial ou um conflito preventivo. A Grã-Bretanha não se sente ameaçada pelo exército alemão e está mais inclinada a fechar os olhos a essas violações, tanto mais que a desmilitarização da Renânia lhe oferece uma barreira de protecção, bem como aos Países Baixos, à Bélgica e à França. Essa política assumida de apaziguamento, mesmo se não assume essa denominação, visa reforçar o regime democrático numa demonstração de boa vontade para com a jovem república alemã.

O 30 de Janeiro de 1933 não altera de imediato a política seguida. Em 1933 e 1934, entretanto, Londres e Paris observam com inquietação o evoluir da situação: a prisão de opositores, as primeiras perseguições aos judeus e a Noite das Facas Longas² são do conhecimento de homens políticos, jornalistas, diplomatas dos dois lados do Canal da Mancha, que as analisam. Os leitores de *Mein Kampf* interrogam-se. Uns pensam que o livro anuncia um programa, outros crêem não passar de escritos exaltados de juventude de um homem que não tardará a moderar-se. Uns congratulam-se com o anticomunismo do III *Reich*, bastião contra uma eventual ameaça soviética, outros alarmam-se com o renascimento do nacionalismo alemão. Em suma, a condenação do regime nazi não é imediata nem universal, ainda que as suas primeiras medidas unilaterais lancem o alarme, designadamente a saída da Sociedade das Nações (SDN) e da Conferência do Desarmamento (Outubro de 1933).

A política que acabará por ser designada como apaziguamento não ganha consistência imediatamente. A França e a Grã-Bretanha mal reagem ao abandono da SDN pela Alemanha. Os dois países tão-pouco condenaram com firmeza os ataques japoneses contra a China na Manchúria desde o final de 1931, nem a agressão italiana à Etiópia em 1935. Paris não quer alienar Roma numa altura em que a Alemanha se torna ameaçadora. A Conferência de Stresa (Abril de 1935) traduz essa vontade, partilhada do outro lado dos Alpes, em se associar à Itália para resistir à Alemanha, dispondo-se a «apaziguar» a primeira ao evitar opor-se à sua política em África. A política de apaziguamento pôde ser praticada em relação à Itália; neste caso, consiste em fechar os olhos às violações do direito internacional perpetradas no continente africano para preservar as possibilidades de um entendimento com Roma ou obstar a uma aproximação das duas ditaduras.

² A Noite das Facas Longas (*Nacht der Langen Meser*) foi uma purga desencadeada por Hitler, entre 30 de Junho e 2 de Julho de 1934, para controlar a Divisão de Assalto (SA), do Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães, que redundou no assassinio do líder dos paramilitares nazis, Ernst Röhm, e de rivais no seio do movimento, como Gregor Strasser. O general conservador Kurt von Schleicher, chanceler entre Dezembro de 1932 e 30 de Janeiro de 1933, data de nomeação de Hitler para a chefia do governo, foi também vítima da depuração que causou centenas de mortes. (*N. do T.*)

Essa política conciliatória para com a Itália fracassa, apesar de diversas tentativas: a frente de Stresa, os acordos Laval-Hoare reconhecendo secretamente a conquista italiana da Etiópia, mas cuja divulgação provoca um escândalo (Dezembro de 1935)³, a aproximação anglo-italiana, que leva à demissão de Anthony Eden do Foreign Office (Fevereiro de 1938), desagrada imenso aos Franceses, mas leva a um «acordo de Páscoa» anglo-italiano em Abril. Esta visão seria errada? Podemos ainda interrogar-nos se era possível opor à Alemanha nazi uma frente franco-anglo-italiana e se havia justificação para a aliança das democracias com uma ditadura assumida: essas questões suscitaram muitos debates entre os responsáveis. Todavia, este apaziguamento não foi levado até ao fim e não impediu a constituição do eixo Roma-Berlim.

A política de apaziguamento visa sobretudo a Alemanha nazi depois de 1933 e é, inicialmente, concebida por Londres. Os primeiros-ministros Ramsay MacDonald (Novembro de 1931-Junho de 1935), Stanley Baldwin (Junho de 1935-Maio de 1937) e, depois, Neville Chamberlain (28 de Maio de 1937-10 de Maio de 1940) levam-na a cabo, em parte, para satisfazer uma opinião pública maioritariamente pacifista que acredita na segurança colectiva e na SDN, pelo menos até ao fracasso em encontrar solução para a questão etíope. Além do mais, a crise económica conduz a cortes nas despesas militares. Os dirigentes britânicos executam a política de um país que não se sente directamente ameaçado pela Alemanha, que conta com a sua marinha e o seu império e que considera os Franceses, com as suas eternas recriminações acerca da segurança, um obstáculo na via da reconciliação europeia. Ademais, aristocratas e magnatas da imprensa britânicos defendem uma aproximação a Berlim. O acordo naval anglo-alemão de Junho de 1935 – os Britânicos acedem a que a marinha de superfície alemã corresponda a 35 % da Royal Navy – é um primeiro

³ A frente de Stresa designa a aproximação temporária anglo-franco-italiana, iniciada na conferência no Piemonte. Em Dezembro de 1935, os ministros dos Negócios Estrangeiros da França, Pierre Laval, e da Grã-Bretanha, Samuel Hoare, chegam a acordo quanto a um plano que reconheceria à Itália dois terços das suas conquistas na Etiópia e um protectorado *de facto* sobre o resto do país. Revelado pela imprensa, o plano indigna a opinião pública britânica e Hoare é obrigado a demitir-se. Posteriormente, terá lugar uma aproximação anglo-italiana, concretizando-se no acordo de Abril de 1938, mas sem participação francesa.

exemplo de uma estratégia que consiste em oferecer vantagens substanciais a Hitler na esperança de estabilizar uma situação geral que não ameaça então os interesses da Grã-Bretanha. Os Franceses, exasperados por não terem sido consultados (tal como os Italianos), nutrem o sentimento de que a Inglaterra se desinteressa dos assuntos continentais para privilegiar a sua posição insular e marítima. A incapacidade para gerir, no âmbito da SDN, a guerra da Etiópia amplia as divergências entre os dois aliados.

É em 1936 e, sobretudo, em 1938 que a política de apaziguamento atinge o auge. Contudo, seria em 1936 uma política com contornos precisos? Quando a 7 de Março Hitler envia as suas tropas para se reinstalarem na zona desmilitarizada da Renânia, nem a França, nem a Grã-Bretanha, nem, de resto, a Bélgica ou a Itália, estão dispostas a entrar em guerra para salvaguardar essa cláusula do Tratado de Versalhes. A França e a Bélgica têm os maiores motivos de preocupação por a presença da Wehrmacht na margem esquerda do Reno ameaçar directamente a sua segurança. A França deveria, portanto, dar um murro na mesa. Só que nem os ministros franceses, nem os chefes militares, nem a opinião pública – passados apenas 20 anos sobre a terrível Batalha de Verdun – estão prontos a entrar em guerra para obrigar os alemães a recuar, quando estes se encontram no seu território e as cláusulas militares do Tratado de Versalhes não passam do papel. Sem se poder classificar em rigor de apaziguamento (não tiveram lugar concessões explícitas), a crise de Março de 1936 redundou numa ausência de reacção. Sabe-se, contudo, que a Alemanha não dispunha, de forma alguma, dos meios militares para resistir a uma ofensiva aliada. Perdeu-se uma boa oportunidade para infligir uma derrota a Hitler ou, no mínimo, uma humilhação.

Em 1938, o regime alemão consolidou-se sem renunciar a qualquer dos seus objectivos. A SDN, ao invés, parece ter dado provas da sua impotência para garantir o sistema europeu dos anos 20. A França, por seu turno, debate-se com uma crise económica duradoura e divisões políticas exacerbadas (ruptura da Frente Popular, três mudanças de governo em Janeiro, Março e Abril de 1938). O governo conservador britânico, pelo contrário, chefiado desde Maio de 1937 por Neville